



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

ff
Barral

--- ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

--- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na sala D. Ximenes Belo, na Biblioteca Municipal de Vila do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 5ª sessão ordinária de 30/11/2022, no âmbito da Lei dos Compromissos; -----
2. Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e dois; -----
3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do município de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e dois -----
4. Apreciação e aprovação da segunda alteração do mapa de pessoal do município de Vila do Porto, do corrente ano; -----

--- O presidente da mesa da assembleia deu inicio à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeiro secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD), José de Andrade Melo (PS), Florbela Varandas Cunha (PPD/PSD) (em substituição da deputada Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira (PPD/PSD), Ricardo Filipe Santos Melo (PS), Jaime Braga Bairos (PS), Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (PPD/PSD), Cristina Elisabete Batista Bairos Gonçalves, Helena Maria Correia Teixeira Ferreira (PPD/PSD), Filipe dos Santos Sousa Teves (PS), Armando de Melo Soares (PPD/PSD), José Manuel Pereira Torres de Medeiros Chaves (PS), João Filipe Lourenço da Silva (PPD/PSD), Flávio José Freitas Resendes (PS), Aldeberto Chaves (PS) (em substituição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

J.P.
Barros

de António Isidro Braga Sousa (PS), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), António Jorge Cabral Monteiro (PS), Carmélia Moura Sousa Melo (PPD/PSD), Eduardo Manuel Pereira Cambraia (PPD/PSD), e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. -----

--- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o presidente da mesa declarou aberta a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e três, publicitada por edital de dezassete do corrente ano. -----

--- De seguida entrou-se no período de intervenção do público, mas como não se registaram inscrições, passou-se de imediato ao período antes da ordem do dia, onde o presidente da mesa colocou à consideração a aprovação da ata da sessão anterior, apesar de ter sido aprovada a minuta da mesma na própria reunião, para produzir efeitos imediatos. Para o efeito foi aberto um período de inscrições para solicitar esclarecimentos ou apresentação de sugestões relativamente ao documento em apreço, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a ata foi sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e três abstenções. -----

--- De seguida o presidente da assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, salientado os ofícios da presidente da autarquia de Vila do Porto, a enviar toda a documentação de suporte aos assuntos da ordem do dia da sessão e a receção dos mails dos/as deputados/as a comunicar a sua ausência. Relembrou ainda os presentes que toda a documentação está disponível para consulta junto à funcionária Anabela Sousa, na Câmara Municipal de Vila do Porto. -----

--- Passando-se ao momento de propostas de recomendação ou resolução de assuntos de interesse para a autarquia, apresentação de moções, emissão de votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, o presidente da assembleia informou que não tinha recebido quaisquer propostas de recomendação ou resolução ou votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, no entanto o deputado José de Melo, pediu para intervir para enaltecer a forma viva e dinâmica como decorreram, na nossa ilha, as comemorações do vinte e cinco de abril, nomeadamente as atividades dinamizadas pelo Clube Asas do Atlântico, alargando esse reconhecimento a todas as entidades que, ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

JP
Banc

longo dos anos, dinamizaram atividades a comemorar a referida data, sublinhando a Associação Juvenil da Ilha de Santa Maria, o Club Motard de Santa Maria, o Grupo Desportivo Gonçalo Velho, o Clube Asas do Atlântico e a Escola Básica e Secundária de Santa Maria. Informou ainda o senhor deputado que teve conhecimento, muito recentemente, do falecimento da cidadã Ana Fontes, reconhecida artista de Santa Bárbara e por isso o grupo municipal do Partido Socialista irá apresentar um voto de pesar na próxima sessão da assembleia. -----

--- De seguida passou-se de imediato ao momento de tratamento de assuntos de interesse autárquico, onde se inscreveram os/as deputados/as Armando Soares, Florbela Cunha, Carlos Oliveira, Carmélia Melo, João Silva e Carlos Rodrigues. -----

---- Dada a palavra ao deputado Armando Soares, este questionou o executivo camarário sobre a situação dos concursos da exploração do bar/restaurante dos Anjos e do bar/restaurante da Praia Formosa, quem foram os adjudicatários, quando e em que moldes é que se prevê começar a prestação dos serviços de bar e restauração e se foram realizadas as obras de conservação, como referido em sessões anteriores. -----

--- Após tomar a palavra a presidente da autarquia referiu que os concursos já decorreram e estão em fase de assinatura do contrato de adjudicação para conceção da exploração dos referidos espaços, respeitando o estipulado nos respetivos cadernos de encargos. Informou ainda que foi adjudicado a exploração do bar dos Anjos à empresária Verónica Bairos e a exploração do bar da Praia Formosa à empresa Espaço em Cena, prevendo-se a sua abertura para fins do mês de maio e que a autarquia executou obras na rede de águas, águas residuais, eletricidade, manutenção e reparação das janelas, requalificação do pavimento, substituição de madeiras, requalificação dos balneários e pintura da zona balnear e que desde a Páscoa, os balneários estão abertos ao fim de semana quer nos Anjos, quer na Praia Formosa. -----

--- Dada a palavra à deputada Florbela Cunha, esta questionou sobre os processos utilizados para as mondas da calçada, se estavam a utilizar água salgada para o efeito, com que periodicidade estão a prever novas intervenções e se tem alternativas ao método utilizado, ao que a presidente da autarquia respondeu que, apesar de já existir maior flexibilidade na utilização dos glifosatos e herbicidas, a posição da autarquia é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

*JR
Barral*

evitar a utilização desses produtos, por isso a decisão foi a utilização da técnica da água com sal, mas reconheceu que não é melhor solução por ser muito dispendiosa e feita com muita frequência, sendo a alternativa a utilização da monda térmica, tendo a autarquia já adquirido o equipamento para o efeito. -----

--- O deputado Armando Soares solicitou uma intervenção para alertar ser necessário fazer uma intervenção urgente em alguns locais de Vila do Porto e sugeriu que os funcionários da autarquia deveriam ser munidos de uma ferramenta que permitisse tirar as ervas maiores, ao que a presidente informou que os funcionários já são munidos de ferramentas que lhes permita poder efetuar o sugerido. -----

--- Dada a palavra ao deputado Carlos Oliveira, este disse ter conhecimento que foram instalados sistemas GPS nas viaturas municipais e questionou em quantas viaturas esse sistema foi colocado, se já tem alguns resultados práticos da aplicação desse sistema e se a autarquia pode garantir que foram cumpridos os requisitos da lei de proteção de dados, ao que a presidente da autarquia respondeu que já existem cerca de vinte e cinco viaturas com sistema de GPS, mas que esse sistema ainda não foi instalado em todas as viaturas e que o objetivo da aplicação desse sistema é monitorar os circuitos das leituras dos contadores de água, da recolha de resíduos, dos serviços de águas, dos serviços de proteção civil, de entre outros, para se poderem tomar decisões por forma a otimizar esses circuitos e/ou melhorar os serviços prestados. Esclareceu ainda a senhora presidente que a intenção não é o controlo dos trabalhadores mas sim a gestão da frota, e que é uma prática usada em muitas autarquias, que ainda não existem resultados concretos pois os sistemas foram instalados há pouco tempo, mas já foram detetados algumas situações que tem de ser melhorados, nomeadamente a recolha de resíduos, que a empresa adjudicatária cumpre os requisitos da proteção de dados pois as viaturas são para uso exclusivo profissional e que não tem conhecimento de qualquer objeção por parte de funcionários, nos dados fornecidos. -----

--- Dada de seguida a palavra à deputada Carmélia Melo, esta solicitou esclarecimentos sobre a situação da recomendação, pelo vereador Rui Andrade, da possível aquisição de um moinho de água, de um palheiro e a casa do moleiro, em Almagreira, para ser elaborado um trilho interpretativo, junto com a casa das covas. Questionou se o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

FR
Banco

executivo ponderou a aquisição desses imóveis e se valoriza a importância turística dessa aquisição, quer para a freguesia de Almagreira quer para ilha, ao que a presidente da autarquia disse que em reunião de câmara o referido vereador apresentou essa recomendação e que o executivo valoriza muito a recuperação do património e reconhece a importância turística do sugerido, mas que à data não existe orçamento para o efeito. -----

--- Na sequência da resposta da presidente da autarquia, o deputado Armando Soares pediu para intervir, e ao tomar a palavra reforçou a importância da aquisição desses imóveis, na salvaguarda do património mariense e sugeriu que a câmara entre em negociações com o proprietário, antes que os imóveis em causa sejam adquiridos por algum particular que não lhe dê a respetiva importância. -----

--- O deputado José de Melo também solicitou uma intervenção para aludir que é uma luta de longo anos o desiderato de prosseguirmos com uma "Rota dos Cereais", na ilha de Santa Maria, utilizando esse capital de atratividade histórica e cultural como promoção turística e, como tal concorda com a proposta, mas entende que tal investimento não pode ser só um encargo camarário, pois a Direção dos Assuntos Culturais também tem o dever de salvaguardar o património existente, pois em outras ilhas a aquisição de imóveis similares foi da responsabilidade dessa direção regional. Referiu por fim que para persuadir a referida direção a adquirir os supracitados imóveis, deve ser elaborado um projeto com o se pretende e onde estejam claramente definidas as parcerias e responsabilidades das entidades envolvidas, mas que não se poderia perder a oportunidade de recuperar esses imóveis, cuja gestão futura deveria ser da junta de freguesia de Almagreira, através de delegação de competências. -----

--- Tomando a palavra, a presidente da autarquia elucidou que o processo é muito mais complexo do que simplesmente comprar os imóveis e reabilitá-los, dado que os custos associados à gestão dos imóveis adquiridos nunca é tido em conta, dando como exemplo o moinho da Carreira, que foi reabilitado, faz-se a manutenção do espaço exterior mas não existe visitação, por isso tem que haver um planeamento que vá desde a aquisição, passando pela manutenção e futura gestão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

JF
Barral

--- Pediu para intervir o senhor Armando Soares para corroborar o que foi referido e apresentou uma proposta, a ser sujeita à votação, para a redação de um documento a enviar à DRAC, a propor o que se pretende. -----

--- O presidente da mesa da assembleia aceitou a proposta e para o efeito sugeriu um pequeno intervalo para os grupos municipais acordarem a forma da elaboração desse documento. -----

--- Retomados os trabalhos e tendo em consideração que suscitaram dúvidas se o moinho em causa seria o conhecido “moinho da rocha”, considerado, esse sim, de relevante importância para a “Rota dos Cereais”, o deputado Carlos Rodrigues pediu para intervir apresentado uma proposta para que a autarquia averigue qual é que deveria ser o moinho a adquirir e entrar em contacto com os respetivos proprietários, para que não perca a oportunidade de adquirir um dos moinhos existentes e concluir o percurso interpretativo sugerido. Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

--- De seguida foi dada a palavra ao deputado João Silva que questionou o executivo camarário sobre o ponto de situação da requalificação das estradas municipais, tendo em consideração que existem verbas orçamentadas para o efeito e lamenta o estado de degradação do caminho da Almagrinha, ao que a presidente da autarquia respondeu que já foram realizadas intervenções na estrada de Azenha, Lapa e Cardal e existe o procedimento concursal para a requalificação das vias de Ponta Delgada e Rua de Valverde, cujos concurso públicos serão lançados em breve, e como a extensão de caminhos em Santo Espírito é superior ao das outras freguesias, ainda não foi possível intervir no caminho de Almagrinha. -----

--- Em sequência solicitou para intervir o deputado municipal Eduardo Cambraia para questionar sobre qual será o troço da Rua de Valverde alvo dessa requalificação ao que a presidente da autarquia esclareceu que é o troço que liga a estrada de cima à estrada do meio. -----

--- Dada a palavra ao deputado Carlos Rodrigues este solicitou esclarecimentos sobre como tem decorrido as conversações com o governo regional relativamente aos terrenos e à recuperação dos bairros do Aeroporto e que evolução tem havido sobre os furos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Handwritten signature and name: B. Barros

captação de água, ao que a presidente da autarquia esclareceu que existia um esboço de protocolo relativo à gestão dos espaços referidos, mas posteriormente foi comunicado à câmara, pelo governo regional, que esse protocolo não poderia ser estabelecido e que seria o governo regional que iria realizar todas as infraestruturas nos bairros do Aeroporto, ficando assim sem efeito qualquer protocolo. Referiu ainda que tem conhecimento que existem dois processos de licenciamento para a zona, mas que a autarquia já manifestou a sua preocupação com a futura manutenção do que agora é projetado e alertaram ser um erro deixar de existir saneamento básico e passar para as “fossas sépticas”, o que não é aconselhável tendo em conta as características do solo. Quanto aos furos de captação de água informou que foi solicitado à Universidade dos Açores que fizesse a revisão dos estudos prévios que já existiam para a execução de mais dois furos de captação de água, sendo sugeridas algumas correções e alterações aos projetos que já foram enviados para a DRORH, para o respetivo licenciamento e revisão dos cadernos de encargos, para serem candidatáveis a fundos comunitários. -----

--- Pediu para intervir o deputado municipal Eduardo Cambraia, para dizer que gostaria de ser elucidado sobre a posse e titularidades dos terrenos do Aeroporto, pois foi dado a entender durante o último mandato que os terrenos teriam passado para a posse do município, particularmente a área desafetada e classificada como de interesse público, ao que a presidente da autarquia esclareceu que essas zonas não eram titularidade da câmara, pois é o próprio governo que tem verba para a recuperação dos bairros, de qualquer forma a referida presidente comprometeu-se a pedir um parecer jurídico sobre a situação da transferência de terrenos do Aeroporto para a autarquia. -----

--- O deputado Carlos Rodrigues pediu para intervir para clarificar que a gestão dos terrenos do Aeroporto, no anterior governo regional, estava sob a gestão de várias entidades, Secretaria da Habitação, Vice-presidência do Governo e Ilhas de Valor, pelo que sempre foi muito confusa essa gestão e o que está registado em nome da câmara são os terrenos circundantes aos bairros onde foram feitos loteamentos, nomeadamente Belavista, Anjos S. Pedro, Operário e Santo Espírito, e que quanto aos restantes terrenos devem ser posse do governo regional. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Handwritten signature and name: Banolo.

--- De imediato foi dada a palavra ao deputado municipal Jorge Costa que perguntou o que é que está previsto para a comemoração do vinte e quatro de junho, feriado municipal, e se a autarquia irá retomar a parceria com respetivas entidades para a organização da feira agrícola e a feira das atividades económicas, ao que a presidente da autarquia clarificou que este ano será retomada a organização conjunta das festas de S. João com a Feira Bienal Agrocomercial, ficando a animação e zonas de lazer da responsabilidade da câmara municipal, e o restante da responsabilidade das associações do setor agrícola e comercial e das respetivas direções regionais. -----

--- Pediu novamente para intervir o deputado municipal Armando Soares para sugerir o agendamento da visita às obras da autarquia ao que o presidente da mesa assumiu esse agendamento. -----

--- Como não se verificaram mais inscrições, o presidente da mesa deu por encerrado o período antes da ordem de dia, passando-se de imediato para o período da ordem do dia, cujos assuntos em edital foram lidos pelo secretário da mesa, José Chaves, bem como o parecer da comissão da análise prévia, que junto se anexa a esta ata. -----

--- No ponto um da ordem de trabalhos, informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 5ª sessão ordinária de 30/11/2022, no âmbito da Lei dos Compromissos, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. -----

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, no qual se inscreveu o deputado José de Melo, que ao tomar a palavra questionou se na reunião com a EMA Espaço, a autarquia foi informada do ponto de situação do concurso do Space Port em Santa Maria, pois foram criadas expetativas aos marienses e não se vê qualquer desenvolvimento desse concurso. Questionou ainda como decorreu a participação da nossa ilha na BTL, em que consiste a reconstituição virtual do forte de S. João Batista e que contatos é que existiram entre o nosso município e o município da vila de Alenquer, relativos à temática das festas do Espírito Santo, pois considera importante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Handwritten signature and name:
J. A. B. B. B.
Bairão

marcar a origem das referidas festas em Santa Maria e a sua diferenciação comparativamente com as outras festas do Espírito Santo que decorrem nas restantes ilhas do arquipélago e propôs a criação de um mini museu alusivo ao Espírito Santo, na freguesia de Santo Espírito, pois foi nessa freguesia que começaram, na região, as referidas festividades. -----

--- Ao tomar a palavra, a presidente da autarquia esclareceu que relativamente ao Space Port não possui qualquer informação adicional, pois a reunião que decorreu com a referida entidade teve como objetivo apenas acertar a colaboração da autarquia na organização do concurso CanSat Júnior, que irá decorrer em Santa Maria. Informou ainda que o balanço da BTL foi bastante positivo, ressaltando a apresentação dos festivais de música que decorrem durante o verão e a amostra dos produtos marienses, particularmente os produtos emergentes que são diferenciadores no nosso mercado, destacando a excelente adesão das pessoas à mostra virtual da ilha, com recurso aos óculos de realidade virtual e proferiu que foi na BTL que contactou com a câmara da vila de Alenquer, que proporcionou, passados três semanas, a vinda do vice-presidente da referida autarquia, para conhecer as nossas tradições relativas às festas do Espírito Santo, havendo já um compromisso de estreitar relações e realizar intercâmbios culturais. Por fim disse que a autarquia está a colaborar com as festas do Espírito Santo de Ilha e com o Império da Santíssima Trindade, que as comemorações do aniversário de Madalena Férin, grande poetisa com raízes marienses, passa pelo lançamento de um livro sobre a vida da referida artista, que será publicado pela autarquia e lançado no próximo mês de agosto em S. Lourenço e que no seguimento do deliberado pela assembleia sobre o forte de S. João Batista, foi concebida uma recriação virtual para mostrar às pessoas a génese do referido forte e a sua evolução histórica. -----

--- Ainda neste ponto da ordem de trabalho solicitou uma intervenção o deputado Armando Soares para questionar se foi dada oportunidade a outras associações e à restauração mariense para a confeção dos pratos apresentados pelo nosso concelho, na BTL, e se a parceria com a Cooperativa AgroMariene Coop teve custos para a autarquia, ao que a presidente da autarquia esclareceu que não houve custos diretos com a referida entidade mas sim com a aquisição dos produtos, que foram todos comprados no mercado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Handwritten signature and name: BernalC.

local e quem confeccionou os pratos apresentados foi um cozinheiro jovem mariense que tem o seu espaço na Incuba +, ressaltando que a mostra dos produtos de cada concelho decorre apenas durante um período de sessenta minutos. Foi referido ainda que foi realizada uma reunião com todas as associações marienses e empresários na área do turismo para organizar a participação da nossa ilha na BTL e nessa reunião foi sugerido a Associação Agrícola e a Agromarioense Coop para colaborarem na organização da mostra dos produtos marienses na BTL. -----

--- No segundo ponto da ordem de trabalhos, apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município de Vila do Porto do ano de dois mil e vinte e dois, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que não tinha nada a acrescentar. Foi de seguida aberto um período para esclarecimentos no qual se inscreveu o deputado Eduardo Cambraia, que após tomar a palavra alertou para um erro de cálculo que existia no documento, sugerindo a respetiva correção, ao que a presidente da autarquia reconheceu efetivamente a existência do lapso e informou que iria comunicar aos serviços para a devida correção. -----

--- No ponto três da ordem de trabalhos, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do município de Vila do Porto do ano de dois mil e vinte e dois, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que este era um documento técnico elaborado por uma consultora e aprovado pelo Revisor Oficial de Contas, pelo que não tinha nada a acrescentar. Aberto um período para esclarecimentos inscreveu-se o deputado Carlos Rodrigues que ao tomar a palavra ressaltou o resultado líquido negativo apurado comparado com o ano de dois mil e vinte e um que apresentou um resultado líquido positivo e, como tal, o grupo municipal do PSD irá votar contra-----

--- Tomando a palavra a presidente da autarquia esclareceu que não é inédito a autarquia apresentar um resultado líquido negativo pois, em mandatos anteriores, existiram anos em que o resultado apurado ainda foi inferior ao apurado em dois mil e vinte e dois e que a taxa de execução não é mais elevada devido ao cabimento de verba alocada à estratégia local de habitação. Dada novamente a palavra ao deputado Carlos Rodrigues



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

este aludiu que a integração da empresa municipal é que provocou um resultado líquido negativo exagerado em dois mil e dezassete. E não se registando mais intervenções foi o referido documento sujeito à votação sendo aprovado com onze votos a favor, do grupo municipal do PS e nove votos contra do grupo municipal do PSD. -----

--- No quarto ponto da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da segunda alteração do mapa de pessoal do município de Vila do Porto do corrente ano, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta esclareceu os presentes as razões da alteração do mapa de pessoal. De seguida foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se registaram inscrições, o documento em apreço foi sujeito à votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

--- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram treze horas quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. -----

--- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Torres Medeiros de Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. -----






